

# Augusto Leverger e a defesa de Melgaço

## Augusto Leverger and the defense of Melgaço

João Carlos Vicente Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Augusto Leverger foi um francês que integrou a Marinha brasileira na primeira e segunda metade do século XIX. Nomeado para se incumbir do Arsenal da Marinha, mudou-se para Mato Grosso, estabelecendo-se, até a sua morte, em Cuiabá. Governou por diversas vezes a Província e se destacou pelas obras que escreveu, os relatórios que produziu, porém, um episódio, ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai marcou indelevelmente sua preciosa contribuição: a Defesa de Melgaço, ocasião em que ele arregimentou e comandou a defesa da Capital, Cuiabá, temendo a chegada dos paraguaios. O presente artigo versa sobre este momento, dando a lume detalhes do episódio.

**Palavras-chave:** Augusto Leverger. Defesa de Melgaço. Cuiabá. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** Augusto Leverger was a Frenchman who joined the Brazilian Navy in the first half of the 19th century. Appointed to take charge of the Navy Arsenal, he moved to Mato Grosso, settling in Cuiabá until his death. He governed the Province several times and stood out for the works he wrote, the reports he produced, but one episode, which occurred during the War of the Triple Alliance against Paraguay, indelibly marked his precious contribution: the Defense of Melgaço, when he regimented and commanded the defense of the Capital, Cuiabá, fearing the arrival of the Paraguayans. This article deals with this moment, giving details of the episode.

**Keywords:** Augusto Leverger. Defense of Melgaço. Cuiabá. Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> Historiador, produtor cultural e membro do IHGMT e da AML.

Ao assumir voluntariamente o comando de agrupamento de militares patriotas na exordial defesa de Cuiabá, nas colinas de Melgaço, em 20 de janeiro de 1865, Augusto Leverger, que governara Mato Grosso de 1851 a 1857, encarnou o espírito de valentia que sempre vibrou em sua alma e corpo, vindo, muito provavelmente, com a gene dos homens-do-mar nascidos em Saint-Malo, na França. Malonenses que, assim como o bretão Leverger, partiram para explorar continentes em busca de aventuras e terras desconhecidas.

Ao se posicionar fardado, com medalha *benemerentium premium* no peito, ganha em renhidos combates, no ponto mais alto das nem tão altas, assim, Colinas de Melgaço, muito provavelmente, como cabia a alguém de seu porte e tirocínio, o então futuro barão contemplou as corredias águas do rio Cuiabá, ladeadas por densa vegetação e engrossadas pelas tormentosas chuvas de verão e se pôs a engendrar estratégias. Dali, o franco-brasileiro, que pedira reforma na Marinha do Império no posto de Chefe-de-Esquadra, em 1858, para se dedicar mais à sua família e ao trabalho de levantamento e registro de bacias hidrográficas, se imaginou no ponto mais alto das altas muralhas de granito que rodeavam Saint-Malo, na Bretanha francesa, a sua terra natal.

Leverger nasceu 30 de janeiro de 1802 e, em 1º de maio de 1819, deixou sua pátria rumo ao Novo Mundo (TAUNAY, 1932, p. 61). Portanto, viveu até aos dezessete anos de idade nos intramuros de Saint-Malo, a cidade dos corsários franceses, lugar que inspirou muitos escritores e pintores pela beleza de seu litoral e por sua história. Entre navegadores, exploradores e corsários nascidos em Saint-Malo, além de Augusto Leverger, sobressaem-se na história os nomes de René Duguay-Trouin (1673-1736), capitão-geral da costa de Saint-Malo, conhecido por sua coragem, bem como por suas muitas vitórias memoráveis contra os ingleses e holandeses durante as duas últimas guerras de Luís XIV; Robert Surcouf (1673-1736), que se tornou um dos armadores

mais ricos de Saint-Malo, famoso por ter lutado bravamente contra navios mercantes e militares britânicos nos mares da Índia e da Europa; Jacques Cartier (1494-1557), de família de armadores, foi importante escritor, explorador e navegador que descobriu a região de Quebec, em 1535, dando o nome de Canadá; François-René de Chateaubriand (1768-1848), escritor e político, um dos precursores do romantismo francês e um dos grandes nomes da literatura francesa (LEONARDI, 2020, p. 15). Os malonenses viviam e bebiam do que lhes ofereciam as águas do Canal da Mancha, braço de mar que faz parte do Oceano Atlântico e que separa a ilha da Grã-Bretanha do norte da França e une o mar do Norte ao Atlântico (GARCIA, 1997, p. 38).

Quando, ainda jovem, Augusto Leverger conheceu e permeou as muralhas, ladeiras e caminhos de pedra de Saint-Malo a partir de seu pai, Mathurino. Certamente ouviu da boca de marinheiros e taverneiros que a cidade fora palco de grandes histórias marítimas e que assistiu, ao longo dos séculos à passagem de ilustres navegadores e armadores. Poucos não foram, decerto, os ouvíveis de que a “Cidade Corsária” era uma porta pirata ativa e, também, de que esses franceses do Norte se haviam especializado na guerra de corrida contra navios ingleses e holandeses que cruzavam pelo Canal da Mancha. Foi ali, nos intramuros malonenses, que aprendeu a diferenciar um corsário de um pirata, pois o primeiro tinha a Carta do Corso, uma autorização do rei que liberava um capitão de navio e sua tripulação a perseguir e atacar qualquer embarcação que levasse a bandeira de um país inimigo. Com isso, o saque deixava de ser crime, tornando-se legal e tributável. O outro, o pirata, era apenas um aventureiro a pilhar navios mercantes mar afora.

Ao sair do transe que havia se colocado nas colinas de Melgaço, em remoendas lembranças de seu passado malonense, Augusto Leverger sabia exatamente como proceder para impedir a passagem de tropas inimigas rio acima. Os paraguaios não chegariam a Cuiabá cruzando aquelas

águas, disso ele tinha certeza. Verteu seu rosto para trás e viu que olhares de centenas de soldados lhe rogavam por ordens e encaminhamentos. Os vários combates bélicos pelos quais passara ao longo de sua vida em terras sul-americanas, impôs ao bretão Leverger a forma adequada de encará-los, um a um, cada qual na sua forma e tempo pelo que lhes foram apresentados ao longo de seu termo. Anteviu, o contra-almirante, que o entrincheiramento seria a forma adequada para conter, a partir daquela colina, no lugar Melgaço, o ímpeto varonil e patriótico da soldadesca guarani.

Leverger nem se dera conta do quão rápida seria a sua intempestiva viagem de Cuiabá à Melgaço. Recordara-se do vai-e-vem de pessoas em sua chácara, onde se encontrava a recuperar-se de pequenos males que o afligia. Essa gente expressava pavor em seus olhos e tremor em seus corpos e falas ao lhe pedir proteção. Muitos o conheciam e sabiam de sua grande bondade forma de tratar pessoas, de quaisquer escalões que fosse: “Esse dom o possuía, em extremo, o bondoso e chão Leverger. Era o seu melhor tempo, quando longe da família, no meio das indagações hidrográficas, vivia entre os seus guias sertanistas e camaradas, gente honesta e branda que rodeava, solícita, o velho marinheiro e lhe demonstrava ardente admiração” (TAUNAY, 1932, p. 82).

Entre distribuir tarefas e coordenar, a partir de um ponto por ele determinado, a construção de uma trincheira de pedras na colina de Melgaço, Leverger se lembrou da rápida conversa que tivera no dia anterior com o presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao colocar-se à disposição da Pátria e liderar a tropa para defesa da capital. Com a sua inseparável espada das campanhas do Prata ainda embainhada, Leverger ouviu os relatos do presidente sobre o abandono de posto de uma força militar no lugar Melgaço. Tinha sido uma tentativa frustrada do governo provincial de Mato Grosso de defesa da capital. Faltou estratégia e comando nesta ação. A volta intempestiva dos soldados à Cuiabá só veio a causar mais

medo e pânico numa população apavorada e presa no desespero de que nem os próprios militares estavam preparados para sua defesa. Tudo era desordem e confusão, com fugas de famílias inteiras ou aos pedaços para Goiás ou Pará, ou mesmo para onde fosse possível fugir das afiadas adagas cortadoras de pescoços dos paraguaios, pois era isso o que mais se ouvia nos becos e ruas cuiabanas. Sobre a debandada, foram muitos os relatos:

Era o espetáculo medonho, pungente e não raro, cômico. Houve pais que abandonaram as famílias, tomando rumo desconhecido, como que resolvidos a salvarem única e, tão somente, o seu vulto, como se dizia depois”... “Repetiam-se as cenas que se haviam dado no distrito de Miranda, que já deixei anotadas em outro livro e que, passado aquele pânico, provocavam longas e gostosas gargalhadas. Assim, um sujeito, de barba até aos olhos se disfarçaria em mulher, sobre cujos enormes seios de chumaços expandia esplendida barba negra de verdadeiro capuchinho; assim também outro, que fugira com um galo debaixo do braço, sem saber pelo que e, só a noite, verificou ter abafado o galináceo de tanto o apertar ou então um terceiro que viajara em canoa dias inteiros levando à mão, absolutamente inconsciente, um ananás! (TAUNAY, op. cit., p. 95-96).

Leverger achou que o presidente Carvalho estava apático, irresoluto e desanimado com a situação que se apresentava. Foi quando Augusto Leverger se mostrou conhecedor profundo das cercanias e chamou para si a responsabilidade daquela ação bélica. Sabia, também, que não podia fracassar. Se tal fato ocorresse seria a desordem total e o pânico alcançariam os seus mais altos limites entre os cuiabanos. Ao escrever a biografia de Augusto Leverger, o historiador Visconde de Taunay deu sua opinião a respeito do estado de espírito do presidente Albino de Carvalho ante a possibilidade de serem atacados pelos paraguaios: “Aquele presidente, embora correto quanto a atitude pessoal e sem dúvida capaz de cumprir debaixo das ordens de outrem o

seu dever de militar, não estava a altura de tão melindrosa situação, lhe faltavam a iniciativa, o entusiasmo e a espontaneidade indeclináveis para infundir em tão apertada conjuntura” (TAUNAY, op. cit., p. 89).

Na pressa de resolver aquela situação imposta pela premência ditada pela invasão paraguaia em Corumbá, há menos de um mês, então, nem ao menos despedira-se de seus familiares, deixando-os no conforto de seu lar cuiabano. Leverger era assim mesmo, como está no dístico do seu Brasão de Armas: “*Sempre Pronto*”, sentiu que os seus estariam mais protegidos se ele, o destemido malonense, estivesse no ponto mais alto das colinas do lugar Melgaço a defende-los e, por extensão, aos cuiabanos. O então futuro barão perdera seus pais num pequeno lapso de tempo, a mãe Reine Corbes faleceu em França, em 1821, e o pai, Mathurino Miguel, no ano seguinte, na cidade de Buenos Aires. Foram perdas que chorou por toda uma vida e a construção de sua família e vida totalmente cuiabana lhe tirou, inclusive, o desejo de voltar à França, mesmo tendo parentes próximos, com os quais correspondia-se por cartas. Amou como poucos a cidade de Cuiabá.

Os poucos moradores do lugar Melgaço seguiram os corredios passos dos primeiros militares evadidos de seu posto de vigilância e salvaguarda cuiabana, enfiando-se corixos, trilhas e morretes rio acima. Deles não pode se valer o agrupamento de militares que se reunira em torno do intrépido Leverger. A primeira noite no lugar, assim como as que se seguiram foram debaixo de improvisadas taperas cobertas com folhas de palmeiras. Abundava nessa região o babaçu, assim como o acori e a bocaiuva, desta última a polpa pode ser consumida “*in natura*”, sendo possível que grande parte da soldadesca, entre vibrantes falas e ordens do dia, tenham apreciado essa iguaria pantaneira, visto que a sua frutificação ocorreu entre os meses de setembro e fevereiro, variando com as precipitações pluviométricas.

A colina onde foi feita a fortificação entrincheirada à base de pedras superpostas era rodeada de terreno alagadiço,

especialmente no período das cheias, tal qual como ocorria naquele janeiro de 1865. As chuvas eram permanentes, engrossando o caldo do rio e provocando o transbordo às margens. Isso posto, imagina-se a dificuldade pela qual passou toda a tropa para a construção dos pontos de apoio para abrigo dos soldados, quanto para o traslado do madeiramento e folhagem de palmeiras, utilizados para seu feitiço: “Trabalhava-se sem cessar, muitas vezes com água pela cintura, e até pelos peitos. Elevado o destacamento de 300 praças a 1.000, quase todas da Guarda Nacional, cuja conduta foi positivamente admirável, cresceram, com rapidez, as obras, apesar de todos os contratemplos, chuvas incessantes, privações de toda a espécie e, em expedição tão às pressas arranjada, tudo sem que ninguém se queixasse sequer e ainda menos desse motivo ao menor castigo ou simples reparo” (TAUNAY, op. cit., p. 99). Tinha a tropa toda confiança inabalável em seu comandante, visto que sabiam de seu comprometimento com aquele propósito, ademais, era um vencedor e homem de sorte na vida, portanto, o tinham como um talismã naqueles difíceis dias no lugar Melgaço.

O temor inicial e a sensação de serem surpreendidos de uma hora para outra por tropas inimigas era algo real. Incomum seria o contrário.

As ordens iniciais do contra-almirante Leverger foram seguidas à risca e em poucas semanas estavam levantadas as paliçadas de abrigo da guarnição e levantada, em pedras justapostas, a trincheira destinada a ser referência histórica. Com o passar dos dias, a confiança do comandante era a mesma dos comandados. Da capital vinham os víveres necessários à boa manutenção da soldadesca, à esta altura com a autoestima já elevada. À frente de todo esse propósito estava Leverger, o escudo protetor cuiabano. Com as idas e vindas entre Cuiabá e Melgaço, de praças destinados ao fornecimento de alimentos à tropa, a cidade era informada sobre o que ocorria naquela colina. Afinal de contas, viriam ou não, os paraguaios? Essa era a pergunta

que brotava em todos os lares e ruas cuiabanas. O fato é que passou janeiro, fevereiro e chegou o mês de março. Com ele cessaram as chuvas e o rio Cuiabá diminuiu seu fluxo d'água, dificultando o ir e vir de embarcações de grande calado. Foi um alento.

Nos dias que antecederam a volta à Cuiabá da maioria da tropa, com Leverger à sua frente, não tinha como não analisar o fato de que o bretão cuiabanizado, apelido atribuído pelo historiador Virgílio Corrêa Filho ao barão de Melgaço, não ter sido apanhado por tropas paraguaias no primeiro momento da invasão ao solo mato-grossense. Escapara Augusto Leverger do gravíssimo perigo de ir desde logo figurar em Assunção, entre os fáceis troféus e de pronto alcançados pelas armas paraguaias na sua desleal incursão pelo território brasileiro adentro: “Reservava-o a Providencia para prestar a Mato Grosso serviços da última relevância, servindo-lhe de braço forte; e broquel ante o qual estacou essa formidável invasão, do que o iminente marinheiro ia sendo uma das primeiras vítimas” (TAUNAY, op. cit., p. 93-94). Digo isso pelo que ocorreu com o coronel Frederico Carneiro de Campos, que havia sido indicado presidente da província de Mato Grosso, cargo que não ocupou por ter sido preso na Fortaleza de Humaitá, onde acabou sendo morto. O fato é que Leverger se encontrava no distrito de Miranda, para onde tinha em outubro de 1864, em explorações científicas a pedido do governo de D. Pedro II. As chuvas torrenciais salvaram-lhe a pele, fazendo-o se desencontrar da morte. Sobre esse tema, assim se pronunciou Augusto Leverger: “Parti de Cuyabá em abril de 1864 e não contava voltar antes do fim do ano; mas a estação de chuvas entrou mais cedo e tornou-se mais rigorosa do que costumava ser. Vi-me, pois, forçado a interromper os meus trabalhos de exploração corográfica nos últimos dias de outubro e foi a minha salvação, porquanto, achando-me tão chegado à fronteira, teria, sem dúvida alguma, sido uma das primeiras vítimas da invasão paraguaia” (TAUNAY, op. cit., p. 88). Naquele ano de 1864 o começo da estação das águas na



porção sul do antigo Mato Grosso foi atípico, um despropósito de chuvas acompanhadas de raios, trovões e fortes ventos, completamente diferente de períodos anteriores, pelos temporais apresentados. Esse fato lhe inviabilizou a permanência em Miranda, tanto é que em dezembro estava de regresso à Cuiabá.

No período em que estive em Miranda em proveitosas pesquisas e levantamentos da Corografia mato-grossense, andaram por terras que se avizinharam às permeadas por Leverger, grupos de paraguaios disfarçados de mascates, de compradores de terras e de gado. Isso tudo ocorria sem que o governo imperial tivesse obtivesse informação concreta destes fatos, que não muito tempo depois geraria horrendas hostilidades. Visconde de Taunay, no livro *Estrangeiros Ilustres*, no trecho das lições e investigações de Augusto Leverger, não acreditava em pré-conhecimento pelo governo imperial das incertas paraguaias em solo brasileiro, no período que antecedeu o começo da contenda entre nossos países: “seria possível, que o governo houvesse deixado correr tamanho risco, exatamente ao homem de maior prestígio e renome, em todo o Mato Grosso, vulto muito conhecido e respeitado no próprio Paraguay? Simplesmente inacreditável, absurdo!” (TAUNAY, op. cit., p. 89). O autor discorre sobre as dificuldades pelas quais passaram importantes famílias que moravam naquela região fronteiriça. Algumas delas foram encarceradas e tiveram bens saqueados. Dentre alguns casos relatados, cito o da família do alemão Barbosa Brunswick, que, após sofrer com saques, “e outras violências”, por tropas de militares paraguaios, ficaram à mercê de uma turba de índios Kadiwéu (Mbayá-Guaikurú), que os dizimaram, possivelmente para agradar os “espanhóis”. Estes índios não consentiam invasores em seus territórios e, naquela época, matavam tanto brasileiro, dos quais, em alguns momentos, diziam-se aliados, e, também paraguaios. O certo mesmo é que tanto portugueses ou espanhóis, como os denominavam os Kadiwéus, temiam esse povo que chegou a tomar e destruir uma fortificação na linha do rio Apa

(TAUNAY, 1932, p. 89). Essa imensa área fronteiriça entre Brasil e Paraguai, naqueles tempos de guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, era território de divisas contestadas por ambas as nações. Em 1853, D. Senhorinha Lopes, esposa do herói de guerra, Guia Lopes, foi aprisionada e levada para as bandas de Concepción, em lugar chamado Villa Horcheta, sendo acusada de desenvolver a pecuária em território tido como contestado. A Sra. Lopes foi libertada e, menos de 10 anos depois, eis que ocorre com ela o mesmo fato. Em 1865, Senhorinha Lopes foi encarcerada juntamente com expressivo número de pessoas que trabalhava na fazenda do Jardim, pouco distante do rio Miranda, onde andava Augusto Leverger a fazer sondagens e registros da Corografia e da História de Mato Grosso.

Tais movimentações belicosas por parte dos paraguaios tinham como propósito de mapear a região de território brasileiro a ser invadida. Não tinham, os brasileiros, ideia disso. Nem queriam, os paraguaios, que isso viesse a ocorrer ou que desconfiassem, daí se disfarçarem de mascates e compradores de gado. Perguntavam, indagavam e anotavam tudo. Eram espíões do governo paraguaio, deixando o terreno fértil para usurpação e apoderamento do território brasileiro. Muitas foram as investidas paraguaias nesse sentido, num momento em que os brasileiros estavam desarmados, literalmente, de espírito e equipamentos de segurança pessoal. A movimentação de fazendeiros e peões na fronteira era normal, apesar de escassa, por conta de ser parcamente habitada. Nesse sentido, existe registro em área de légua e meia da divisa do Apa, sobre um parente do sertanista José Francisco Lopes, que atuara com Leverger: “caminhou para o Sul, e foi com mulher e filhos, estabelecer-se junto ao morro do Retiro...não levou consigo senão mansos bois de carro e pacíficos instrumentos de lavoura e indústria pastoril” (TAUNAY, op. cit., p. 90).

A cada dia que passava aumentada a incidência de tropeiros e mascates, dos quais alguns não passavam despercebidos por conta de “*certo apuro no trajar*”. Os

mascates vendiam joias e badulaques e, ao mesmo tempo, se esmeravam em formas de indagações sobre a vida e atividades dos locais. Caso instigante foi relatado por João Faustino do Prado, descendente do afamado bandeirante paulista João Leme do Prado, sobre esses meses que antecederam à invasão paraguaia em solo mato-grossense: “[...] nos primeiros dias de outubro de 1864, chegara à sua fazenda do Morro do Azeite, a poucas léguas da vila de Miranda e à margem direita daquele rio, um homem que se dizia espanhol, mas morador antigo do Paraguai” (TAUNAY, 1932, p. 91). Esse homem era conhecido por D. Manoel Perez, tendo impressionado João Faustino por sua amabilidade, franqueza, cordialidade e alegria. Homem insinuante e muito bem-apeçoado, falava com eloquência e tinha boa memória, pois não anotava absolutamente nada das extensas conversas havidas com Faustino. Era de se imaginar que algo de errado estava por haver, visto que o espanhol “visitara o distrito todo, oferecendo à venda cavalos e bestas, que, aliás, não trazia. Queria, afirmava, arranjar clientela para a colocação de excelentes animais comprados em Entre Rios e Corrientes, declarava-se muito satisfeito com as encomendas já escritas em seu caderno” (TAUNAY, op. cit., p. 91). Depois de gozar da hospitalidade do brasileiro por alguns dias, o espanhol decidiu viajar, iria dar prosseguimento à sua viagem de negócios com bois e muares. Para selar aquilo que nos pareceu ser o de uma grande amizade havida entre as partes, o fazendeiro João Faustino lhe ofereceu lauto jantar, acompanhado de uma bebida chamada, na época, “*laranjinha*”. Certamente era um coquetel de frutas e aguardente, ou algo parecido. Depois de uma *laranjinha* e outra, o espanhol ficou mais a vontade, resolveu se abrir com o brasileiro e disse que não era espanhol coisa nenhuma, era mesmo paraguaio. Nisso, João Faustino, com a pulga atrás da orelha, lhe questionou o que deveras fazia por aquelas bandas: “Ah! Viajo por necessidade de saúde e para conhecer o seu Brasil, de que muito nos ocupamos lá no Paraguai” (TAUNAY, 1932, p.

91/92), disse D. Manoel Perez. Já bem à vontade, e sentindo-se seguro do que podia ou não dizer àquele homem de quem gostara e lhe aprazia a companhia, dispôs-se a falar de política. Puxou para a questão da diplomacia entre os dois países sul-americanos, o Brasil e o Paraguai: “Olhe, meu amigo, o Imperador Pedro II deveria entender-se com El Supremo. Juntos daríamos muita pancada nos pícaros argentinos e selvagens orientais. Tomaríamos, nós Corrientes e Entre Rio e “uestes” a Banda Oriental, tudo isto em poucos meses. É o que se deveria fazer” (TAUNAY, op. cit., p. 92). Certamente João Faustino passou a imaginar as mais aludidas situações com a fala de, agora paraguaio, D. Perez, ficando mais aturdido quando ouviu, depois de um lapso de tempo silencioso em que se ouviam apenas o coaxar de sapos e rasgos de urutaus em agonia, uma pergunta tipo olho-no-olho: “Por que é que o amigo não se muda daqui? É sempre mau, para quem tem pai tão idoso, mulher e muita família estar perto de fronteira”. De pronto e sem pestanejar Faustino retrucou “Estranho o que o senhor me diz; nem posso imaginar o que me virá nesta minha situação (fazenda) tão retirada no fundo destas solidões” (TAUNAY, 1932, pg. 92). Ambos eram pessoas experimentadas na vida, haviam passado, cada um em seu quadrado e objetivos, por experiências que os levaram a analisar melhor a situação vivida ali naquele final de jantar, com laranjinha a abrir o apetite e a boca do paraguaio. Compreendeu D. Perez que poderia ter falado mais do que devia e recolheu-se, em silêncio, ao seu quarto de dormir. Havia tido entre os dois uma boa sintonia espiritual, no entanto, com propósitos e ambições distintas. Por isso antes de tomar assento na sela de um cavalo que o levaria até a embarcação com destino à vila de Miranda, Dom Perez tentou, mais uma vez, só que desta feita de forma bem mais direta, reiterar a recomendação feita em forma de sobremesa no jantar da noite anterior: “D. Faustino, por que é que *usted* não sai daqui quanto antes? O brasileiro questionou a afirmativa do paraguaio que continuou “Eu lá sei... não vê nuvens escuras do lado

do Sul? A República fará como o rio de que tem o nome; inundará centenas e centenas de léguas ao sair de seu leito. Vejo, porém, que *usted* não tem medo de nada”. Ao citar a palavra República, o paraguaio se referia ao seu país, que saíra do jugo colonial espanhol, em 14 de maio de 1811, tornando-se uma espécie de República. Certamente, esse D. Perez era um militar preparado para fazer o que fez, no entanto, simpatizara com o fazendeiro Faustino e quis poupá-lo. Porém, o espírito patriótico falava alto no coração do brasileiro, que ainda ouviu do paraguaio no momento em que este se preparava para subir à embarcação, de que o Brasil não se encontrava naquele momento preparado para um evento bélico e que naquela extensa região só haviam “*cabides de armas*”, nada mais. Essa afirmativa foi ratificada pelo coronel Resquin, um dos mais importantes militares a compor o exército paraguaio naquele período. Para arrematar, certamente com um pé na terra e o outro no barco disse: “Gostei tanto, D. Faustino desta sua bela e boa terra que breve aqui voltarei, trazendo amigos e companheiros. De forma veemente, mas com a argúcia da gente interiorana, Faustino colocou a casa, a fazenda e todos os seus haveres à completa disposição de D. Perez, dizendo que essa anunciada segunda visita seria aguardada de forma impaciente e, também, ansiosa ” (TAUNAY, op. cit., p. 93).

Não era outra coisa toda aquela movimentação guarani, senão os últimos preparativos para a invasão paraguaia. Ou seja, essa ação bélica foi um processo estudado, planejado com o tempo que os paraguaios julgaram ser o melhor.

### A volta à Cuiabá, a Nobiliarquia

Depois de algum tempo, com segurança e experiência em batalhas e peleias ao longo de sua vida, em fins de março Leverger deixou o lugar Melgaço e voltou triunfante à sua querida Cuiabá. Esperava-o a glória. Naquele momento, era ele uma espécie de Salvador da Pátria, aclamado ufanísticamente pelo povo cuiabano. Agradeceu, de pronto, e voltou ao seu lar. Estava passado de febre e foi se curar em casa.

Pesava-lhe a idade e os meses que passara sob intensos temporais e lamacentos pisoteios no chão de Melgaço. Poucos meses se passaram do grande feito de Augusto Leverger nas colinas do lugar Melgaço e eis que lhe vem, do Governo Central, uma notícia de grata surpresa. Por conta de seu desprendimento e patriotismo que honraram todo o Brasil, fora agraciado, no dia 7 de julho de 1865, com o título de Barão com grandeza – Barão de Melgaço – honraria concedida pelo Imperador Pedro II, pelos mérito em seus feitos no lugar Melgaço.

Incomodava ao velho marinheiro que do alto das muralhas de Saint-Malo, em sua adolescência, se encantara com o ir e vir das fragatas corsárias, o fato de ter sido elevado a tão alto grau de nobreza na sociedade cuiabana e imperial brasileira. Era ele um homem de ação nas colinas de Melgaço, apenas um bom modelo de comportamento a ser seguido pelos cuiabanos apavorados com a possibilidade de uma invasão inimiga. Leverger não pensava como eles e, por ser profundo conhecedor de navegação fluvial do *interland* mato-grossense, achava pouco provável a vinda de navios da flotilha paraguaia, de bom calado, chegarem à capital, “nada mais fiz, portanto, do que dar bom exemplo, esforçando-me por incutir nos outros a minha convicção e segurança” (TAUNAY, op. cit., p. 102), disse o barão em lembrança desse episódio. Certo tempo depois, em carta enviada à sua irmã, que morava em França, reforçou o seu modo de pensar sobre o recebimento da honraria: “Lisonjeou-me a distinção que recebi e ainda hoje por ela sinto gratidão; mas longe estava de desejar-la, porquanto um título nobiliárquico um tanto elevado é ônus não pouco incômodo para quem dispõe de meios menos que medíocres, o que tive por vezes ocasião de verificar por modo até penoso, quase vexatório”.

A sociedade cuiabana venerava Augusto Leverger. Tinha-o como um talismã, pois nas horas mais difíceis lá estava o bretão a lhes estender a mão. Foi assim em várias ocasiões, como presidente da Província, nas Colinas de Melgaço, na epidemia da varíola e em inúmeras outras vezes das quais,

algumas jamais saberemos, visto ser ele um homem que não se dava ao desfrute da autopromoção. Por conta desse sentimento cuiabano em relação a Leverger, o seu título de Barão foi com eles dividido. Eles também se sentiram agraciados pelo mérito recebido pelo malonense. Entende-se isso a partir das palavras do senador por Mato Grosso, Silva Paranhos, um dos mais importantes homens do Brasil Império, depois visconde do Rio Branco, quando em sessão do Senado, de 5 de junho de 1865, disse o seguinte:

Eu quisera Snr. Presidente, neste momento, não desviar os meus olhos do quadro que tão vivamente a eles se apresenta das cenas de dor e consternação de que é teatro a infeliz província de Mato Grosso. Eu quisera mostrar ao Senado o doloroso espetáculo que apresenta aquela população em desespero, julgando-se abandonada pelo governo, apelando para o céu e agrupando-se em torno do velho e bravo chefe de esquadra Leverger, adorado como um ídolo, como enviado de Deus para salva-los das garras de ferozes inimigos” (TAUNAY, op. cit., p. 101).

Augusto Leverger foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com entrada em 19 de outubro de 1848. Por honra e mérito também fora agraciado com outros títulos nobiliárquicos, sendo sido Oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro do Cruzeiro e Comendador da Ordem de São Bento de Avis.

O Barão gostava de ser referenciado como hidrógrafo, tema pelo qual dedicou grande parte de sua vida, legando à posteridade plantas, diários e roteiros de navegação que serviram de base ao levantamento de mapas hidrográficos. Porém, foram as trincheiras do lugar Melgaço o ponto que lhe fez alçar os píncaros da glória, ainda em vida, coisa para poucos. Podemos afirmar que Leverger era avesso a homenagens, galanteios e laurel. Ao ser transformado em Barão, um título de nobreza ambicionado pela maioria absoluta das tradicionais famílias de Cuiabá e Mato Grosso do Brasil imperial, veio à tona o peso da denominação. Não seria

mais chamado pelos seus amigos de capitão, almirante, presidente ou, simplesmente de Augusto. Agora era o Barão de Melgaço. Esse desconforto ele deixou bem claro em uma carta escrita à irmã que morava em França: “Lisonjeou-me a distinção que recebi e ainda hoje por ela sinto gratidão; mas longe estava de desejar-la, porquanto, um título nobiliárquico, um tanto elevado, é ônus não pouco incômodo para quem dispõe de meios menos que medíocres, o que tive por vezes ocasião de verificar por modo até penoso, quase vexatório”. Foram pesadas as queixas à irmã francesa. Leverger era um homem dedicado aos trabalhos dos quais se propunha a desempenhar, quer seja na pesquisa, na escrita, em trabalho de campo, comandando tropas ou capitaneando um navio. Na política, também tinha talento, tanto é que até os dias de hoje a pessoa que mais esteve no cargo de governante de Mato Grosso em quatro períodos. Porém, não usou de seu cargo para atrair benefícios financeiros para si, daí não ser um homem rico. Por isso não era um frequentador das altas rodas da sociedade, formada por empresários bem-sucedidos, por herdeiros de fortunas fabulosas, por políticos inescrupulosos e corruptos ou, em última instância, por aqueles que gostam de ambientes festivos e cheios de futilidades. Claro que ele se sentiu feliz com o título, assim como toda a sua família, no entanto, ele sempre preferiu a lida com o leme, o desembainhar de sua espada e com o bordejo em matas e rios, preferencialmente inexplorados. Para mim, assim era Leverger.

Após o passamento de Augusto Leverger, sua memória não seguiu os preceitos de Estevão de Mendonça, que virou dito popular cuiabano: “*Quem morre em Cuiabá morre duas vezes. Morre de morte morrida e morte pelo esquecimento*”. Sempre lembrado pelo zelo e dedicação às causas de Mato Grosso, teve aumentado o seu reconhecimento pela sociedade mato-grossense. Deu nome a duas cidades, *Santo Antônio de Leverger*, antes Santo Antônio do Rio Abaixo, e, também, a *Barão de Melgaço*, lugar onde fez construir a trincheira de pedras superpostas e que lhe proporcionou a



nobiliarquia. Também é nome de ruas, praças e bibliotecas em vários pontos de Mato Grosso. A casa onde morou por décadas, na rua que leva o seu nome, também o homenageia: Casa Barão de Melgaço, sede das instituições culturais mais antigas do estado, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras, e que estão em atividade desde 1919 e 1921, respectivamente. Augusto Leverger já recebeu, ao longo dos mais dois séculos de seu nascimento muitas homenagens. Trata-se de uma das personalidades mais estudadas e pesquisadas em Mato Grosso, quer seja por estudantes, professores, historiadores e pesquisadores.

O malonense Leverger não chegou a guerrear do alto de sua trincheira em Melgaço, como já o sabemos, uma vez que o inimigo não subiu o rio. Ao se posicionar nas imediações da empedernida barricada de pedras anteviu batalhas com guerra de posição, essa provável situação levou à história o epíteto Trincheiras de Melgaço.

## O Memorial da Guerra do Paraguai

Descida para o local da Defesa de Melgaço



Fonte: acervo fotográfico do IHGMT

A ação militar de Leverger na colina de Melgaço instigou a criação de um ambiente de salvaguarda da memória mato-grossense sobre o que foi a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em território do município de Barão de Melgaço. A famosa trincheira construída de pedras superpostas, em forma côncava, a partir da coleta de rochas areníticas, de pedra canga, pedra cristal e seixos nos mais variados formatos, muitos dos quais ainda se encontram esparramadas, não tão distantes assim do ponto original do propósito bélico, que abrigou dois pequenos canhões, além de do vai-e-vem da soldadesca cuiabana sob ordens de Leverger (SANTOS, p. 134).

Pesquisadores e historiadores registraram em livro a ação melgaciana de Augusto Leverger, no entanto, com o passar dos tempos e o desfazer natural da superposição das pedras em forma de murada, passou esse tema a ser de interesse e observação apenas dos moradores locais da vila de Melgaço, mais tarde, município. Com o crescimento da localidade a partir da década de 1980, ocorreram mudanças estruturais na cidade e novos bairros foram criados, dentre eles o de Chacororé, na crista da colina que viu abrigar, nos primeiros meses de 1865, um marco da história do Brasil.

O meu primeiro contato com o espaço físico que abrigou a trincheira se deu em 1991, o local era uma mata fechada, com poucas construções, aqui e acolá. Contemporaneamente, o bairro é repleto de construções de casas de moradia e de alguns comércios. O que atrai as pessoas a residir neste local é a altitude em relação à posição geográfica da sede municipal, quase toda instada à boa altura do nível do rio Cuiabá, sempre sujeito a transbordo por conta de cheias periódicas. Muitos locais fogem de enchentes periódicas e de suas causas, uma vez que elas sempre ocorrem e, muitas delas, com de péssimas recordações aos moradores do lugar.

Em 1993, a prefeitura do município se dispôs a promover parceria com a Fundação Júlio Campos para a produção de um vídeo-documentário e uma revista impressa, cujo tema

era a história local. Essa instituição, a FJC, com sede em Várzea Grande, obra do espírito altruísta do empresário e político Júlio José de Campos, foi criada com o intuito de oferecer apoio às áreas da cultura, educação, turismo e ação social. O prefeito Ciro Gonçalves era um dos mais entusiasmados com o projeto de registro da memória histórica local e não mediu esforços para sua realização.

Dentre as muitas histórias pantaneiras e de personalidades que se destacaram na construção da cidade, pelo menos duas delas chamavam mais atenção.

### Pedras da Defesa de Melgaço



Fonte: Acervo fotográfico do IHGMT

A primeira área do terreno onde a sede urbana de Barão de Melgaço está assentada era de propriedade do coronel Totó Paes de Barros, famoso industrial e político mato-grossense. As toscas construções e poucas casas comerciais que salpicavam nas colinas de Melgaço tiveram lento progresso no entremeio do final do século XIX e começo do XX. Porém, uma ação desenvolvida pelo casal Totó Paes e sua esposa Dona Úrsula marcou e mudou definitivamente a história do então distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo. O casal doou uma área de terras à santa padroeira do povoado, Nossa Senhora das Dores. Essa doação foi assegurada por escritura pública e tinha a intenção de agregar os habitan-

tes de Melgaço em torno do lugar e da santa de devoção local. A área era de duas léguas de frente para o rio e duas léguas de fundo. Por muitos anos, ninguém pode vender sua propriedade por não possuir escritura e nenhum documento de compra ou mesmo de doação. Com o tempo, por cobrança da própria comunidade, as autoridades constituídas se dispuseram a resolver a questão com uma carta de aforamento. Dessa forma, os documentos definitivos de posse passaram a ser emitidos. Essa atitude de Totó Paes e D. Úrsula é interpretada até os dias de hoje como forma de carinho profundo às pessoas e ao lugar Melgaço. Totó Paes era da estirpe dos primeiros bandeirantes que pisaram o solo de Mato Grosso e fundaram cidades território afora. Era de espírito empreendedor e fundou a Usina do Itaicy, sendo considerado o Pai da Indústria de Mato Grosso.

Maria Rita Delgado



Fonte: acervo fotográfico do Autor

O outro caso que chamou a atenção foi o da trincheira mandada ser feita pelo contra-almirante Augusto Leverger. Poucos sabiam do lugar exato onde teria sido erguida a murada. Os que sabiam apenas apontavam com o dedo o lugar que deveria ser, mas não se dispunham a indicar o ponto certo. Tendo como guia um funcionário da prefeitura municipal, de nome Brás, morador da localidade de Capoeirinha, me predispus a explorar o local indicado por pessoas moradoras no entorno do bairro Chacororé. Andamos por

trilhas salpicadas de pedras de todos os tipos e tamanhos. O ponto que imaginávamos ser o da feitura da trincheira estava ocupado por terrenos cercados, alguns já com casas construídas, inclusive. Mas, para todo o canto que se vai tem pedra, como disse, das grandes e pequenas. Olhamos um para o outro e, na dúvida, resolvemos voltar e buscar alternativas confiáveis. Para redimir qualquer tipo de dúvida surgiu a figura de dona Maria Rita Delgado, uma mulher de 103 anos de idade, de baixa estatura e pouco arqueada, por conta de sua avançada idade, era filha de escravos, nascida exatamente no ano em que foi assinada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em tempos de Segundo Império. Mesmo centenária, ela possuía vigor físico e memória invejáveis. A ela fui apresentado como um pesquisador que queria saber onde era o ponto exato da construção da trincheira. Ela me fitou de cima para baixo e disse: “mas para que o senhor quer saber disso, quer ir lá? Ninguém vai lá porque é pedraria grande, difícil de andar”. Eu lhe expliquei que aquilo tinha uma importância histórica para Mato Grosso, enfim, contei sobre Leverger e seu feito na época da Guerra do Paraguai, o envolvimento do governo, das pessoas, do lugar. Ela me observava e, por fim, balançou a cabeça positivamente dizendo que já tinha ouvido essa mesma história, só que não se lembrava exatamente da boca de quem. Depois, me confessou que foram mais de duas pessoas que resenharam tais fatos. Depois dessa conversa me senti confortável em convidá-la para irmos ao bairro Chacororé e reconhecer oficialmente o ponto da instalação da trincheira. Essa nossa conversa ocorreu na parte baixa da cidade. Para quem não conhece Barão de Melgaço, a sede municipal tem o centro da urbe entre dois morros. Da parte central da cidade, que é a parte baixa, até o bairro Chacororé há que se percorrer um trajeto de aproximadamente 1,5 km, sendo a primeira parte uma subida íngreme, até se ganhar o topo da colina, onde lá, quase no seu final, encontraríamos o nosso objetivo. Com o aceite de dona Maria Rita em nos indicar o ponto correto da famosa trincheira, a convidamos, abrindo a porta dianteira

do meu carro, para que adentrasse ao veículo para irmos ao nosso destino. Qual não foi o meu susto com a resoluta resposta daquela simpática mulher: “*Cô quem que o senhor está pensando que está lidando? Quem o senhor pensa que é? Que eu sou assim, de ir entrando no primeiro carro que me abre a porta? Não senhor, pode ir cô seu carro. Vô de pé, e não vai atrás de mim, me acorando não, me espere lá em cima, bem lá lonjão, sô dgente de família*”. Nisso, o Brás, funcionário da prefeitura, me fez um sinal com a cabeça. Entendi que o melhor era sair dali e fazer o que dona Maria Rita ordenara. Ela era uma mulher espetacular, subiu a rampa do bairro Chacororé apenas com a ajuda de uma improvisada bengala e chegou ao destino por ela proposto. Não demorou e ela apontou o lugar. Essa passagem ficou para sempre em minha lembrança, por isso considero Barão de Melgaço um lugar especial, com pessoas especiais e histórias ainda a serem desvendadas e contadas.

#### O Museu do Memorial da Guerra do Paraguai e Placa



Fonte: Acervo fotográfico do IHGMT

A primeira tentativa de fazermos algo que registrasse a grandeza histórica do lugar começou com o prefeito municipal Ciro Gonçalves, filho da terra e que via na exploração do turismo regional uma saída para a combalida economia melgacense. Apesar de algumas tratativas não foi possível evoluir o propósito de se desenvolver projetos voltados à preservação da memória local. No entanto, a ideia de que tudo deveria ser a partir das Trincheiras de Melgaço, estava plantada.

No começo da década de 1990 eu conheci e desenvolvi uma das amizades mais aprazíveis que tive na minha vida de mato-grossense, com o historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva. Por longo tempo nossas conversas giraram em torno de história, memória, Instituto Histórico e Geográfico (IHGMT) e coisas do gênero. Escrevemos juntos um livro e dividimos projetos culturais dos mais variados. Na linha de entendimentos de o que fazermos na e pela cultura e memória de Mato Grosso entrou em pauta a trincheira feita a partir de pedras superpostas na colina do lugar Melgaço.

Em 2008, o historiador Pitaluga foi conduzido ao cargo de Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso. Nesse tempo eu era presidente do IHGMT, e passamos a desenvolver um projeto de salvaguarda da trincheira. Nesse momento entra em cena a pesquisadora e historiadora, Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, que já havia sido presidente do IHGMT. Então entrou em ebulição esse propósito que teve um nome: Memorial da Guerra do Paraguai. Por que isso, e não, simplesmente algo relacionado à trincheira? Explico: O historiador Pitaluga dispõe de extensa bibliografia e é um estudioso da Guerra da Tríplice Aliança, e ele sempre foi a favor de que o estado de Mato Grosso devesse ter um local de salvaguarda da memória de tão bravos heróis que tivemos dessa fatídica guerra. Com a divisão do Estado na década de 1970, a maior parte do teatro de guerra e suas operações ficaram para Mato Grosso do Sul: Corumbá, Ladário, Forte Coimbra, Apa, Miranda, Dourados e outros pontos históricos. O que nos restou de memória desse

período tão importante para a história de Mato Grosso? Pouca coisa, podemos citar o Combate do Alegre, batalha naval ocorrida em 11 de julho de 1867, nas proximidades dos rios Alegre e São Lourenço; também a saída de tropas do porto de Cuiabá para a Retomada de Corumbá, em 13 de julho de 1867; ou, então, o feito heroico de Leverger e seus comandados nas colinas do lugar Melgaço. Optamos pela trincheira. Foi, então, iniciada a feitura de um projeto que previa a instalação de um Museu na cidade de Barão de Melgaço, em lugar mais próximo possível das trincheiras, em espaço que abarcaria toda sorte de equipamentos, peças e lembranças da Guerra do Paraguai. De quebra, a pessoa que fosse visitar o museu iria conhecer, através de uma trilha, o ponto onde o almirante Augusto Leverger e sua tropa estiveram por meses à espera de tropas inimigas. A ideia era ótima. O projeto foi elaborado e recursos foram liberados para a construção do Memorial. Foi adquirido o terreno e erguido um prédio de aproximadamente 100 m<sup>2</sup>, com espaço suficiente para abrigar o acervo a ser adquirido para compor o museu. Caberia à prefeitura municipal de Barão de Melgaço a salvaguarda e manutenção do lugar. A proposta era entregar de “porteira fechada” para a administração municipal da época. Durante a construção dessa obra ocorreu eleição no IHGMT. Eu deixei a presidência e assumiu a professora Elizabeth Madureira Siqueira, eficaz escritora, historiadora e gestora mato-grossense. Ela continuou a obra, entregando-a, dentro das normas legais, à prefeitura do município de Barão de Melgaço. Todos de acordo procederam-se à inauguração do prédio e sua disponibilidade à sociedade mato-grossense.

Em 7 de maio de 2011, em ato que fazia parte da programação do aniversário de Mato Grosso, que é comemorado no dia 9 de maio, ocorreu inauguração solene do Memorial da Guerra do Paraguai. Era um sábado e o governador Silval Barbosa procedeu à inauguração do espaço cultural. Nessa época o Secretário de Estado de Cultura era João Malheiros que, enquanto deputado estadual, criou uma lei de obriga-



toriedade de comemoração do Dia de Mato Grosso, em todo 9 de maio. No discurso do governador via-se claramente o desejo de que a sociedade local tinha que valorizar aquele ponto histórico e saber o que aconteceu naquele lugar. Ao cumprimentar a Sra. Ângela Maria Fernandez, consulesa do Paraguai, presente na solenidade, o governador propôs para aquele propósito uma integração maior entre as nações: “É essa a relação que nós queremos, para estreitar os laços”...“- Contem com nosso apoio, com a nossa parceria, como no dia de hoje, trazendo benefícios como este que engrandecem a vida de uma cidade. Um povo sem memória é um povo sem história” (OLHARDIRETO, 2010). Na esteira dos discursos sobre a importância da inauguração daquele prédio para a historiografia mato-grossense, a presidente do IHGMT, Elizabeth Madureira Siqueira, disse o seguinte: “Nesse memorial, além da valorização cultural, será preconizado trabalhos sociais de capacitação para a população para que essa edificação seja de uso comum” (OLHARDIRETO, 2010). Nesta mesma ocasião, a presidente lançou a ideia à administração municipal de se construir um Instituto Histórico e Geográfico em Barão de Melgaço para o fomento à cultura, numa cidade que tem tanta bagagem histórica e cultural. Após a fala da representante do IHGMT, falou o Secretário de Estado de Cultura, João Malheiros: “Esse memorial é um instrumento para conhecermos o nosso passado, um resgate como se faz jus e fundamental para entender a riqueza do povo mato-grossense” (OLHARDIRETO, 2010). Foi bastante efusivo o discurso do então prefeito municipal Marcelo Ribeiro, de tradicional família melgacense e filho de João Batista Rodrigues Alves, que também foi prefeito do lugar em duas ocasiões. Depois de enaltecer o papel do governo estadual e dizer que recursos são revertidos em desenvolvimento e esperança para o povo de Melgaço, o prefeito Marcelo citou a Copa do Mundo 2014, na época, uma esperança de divisas para os municípios com potencial turístico: “Será um passo importante, alavancando a cultura e o turismo da nossa região. Somos um povo humilde, mas um povo

hospitaleiro. Graças à parceria com o Governo do Estado estamos no caminho do desenvolvimento” (OLHARDIRETO, 2010). Nesse dia festivo, com direito à declamação de poema pelo trovador João Batista, o museu estava abarrotado de objetos históricos, quadros, espadas, espingardas, bandeiras e roupas de época. Foi um sucesso. Especialmente com o comprometimento do poder público municipal de que aquele lugar seria um ponto de visitação de turismo histórico. O IHGMT e o governo do Estado haviam cumprido a sua parte. Entregaram a obra, prestaram contas. Tudo certo. Infelizmente, com o tempo o museu deixou de existir e passou a ser depósito de objetos da prefeitura ou de utilidade diversa. Passaram-se administrações e ninguém retornou ao objetivo inicial da proposta, que era de manter um museu pedagógico e atuante para registro e resgate da memória da Guerra da Tríplice Aliança.

## Referências

ALBISSETI, César. *Enciclopédia Bororo. Missão Salesiana MT*. Campo Grande, 1962.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Cuiabá-MT: Fundação Júlio Campos, 2014.

**Garcia**, Hélio Carlos. *Geografia dos Continentes*. São Paulo/SP: Scipione,, 1997.

LEONARDI, Ana Carolina. *Atlas etimológico – a origem dos nomes dos países*. *Revista Superinteressante*, São Paulo/SP: Abril,, 2020.

SANTOS, Mário Vital dos. *RELATÓRIO TÉCNICO CONSOLIDADO DA GEOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO*. Cuiabá-MT, 2000.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. 1993.

TAUNAY, Visconde de. *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros Escriptos*. São PauloSP: Melhoramentos de São Paulo, 1932.

### Outras Referências

FUNDAÇÃO JÚLIO CAMPOS. *Projeto Memória Viva – História oral*. Várzea Grande-MT, 1993.

Site Olhar Direto. <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=175877&noticia=governador-inaugura-memorial-da-guerra-do-paraguai>. 2010.